

O mercado financeiro menos tenso. Mas ainda preocupado.

A aprovação pelo FMI do programa de ajuste da economia brasileira e a permissão, dada pelo congresso norte-americano, para que os EUA concedam mais recursos ao Fundo reduziram a tensão no sistema financeiro internacional. Ainda assim, lembraram ontem banqueiros ouvidos em Nova York, isso não significa que a crise financeira esteja superada.

Embora o Brasil, com três bilhões de dólares em pagamentos atrasados e a maior dívida externa do mundo (superior a 90 bilhões de dólares), fosse o problema mais grave do FMI, a aprovação do acordo com o governo brasileiro não tranquiliza os banqueiros internacionais. Eles continuam preocupados com a oposição interna à receita econômica do Fundo e com a possibilidade de que essa oposição se estenda a outros países devedores. Por isso, alguns banqueiros entendem que continuam sendo necessárias mudanças fundamentais nos métodos de financiamento.

Dinheiro

De qualquer forma, diversos dirigentes de instituições financeiras internacionais manifestaram ontem a expectativa de que a totalidade dos US\$ 6,5 bilhões de novos empréstimos solicitados pelo Brasil seja obtida até o final deste mês.

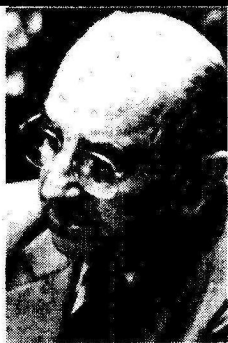
Segundo o representante de um importante banco britânico, ouvido em Nova York pelo nosso correspondente, John Alius, "após vários meses de conversas sem resultado, durante os quais os bancos suspenderam a concessão de créditos para aguardar a tramitação dos decretos salariais e a reação do FMI aos programas de austeridade do governo Figueiredo, estamos vendo agora uma corrente de dinheiro, e isso nos deixa contentes".

"Ficamos particularmente satisfeitos com as últimas adesões" — afirmou um executivo de um banco americano que fez enormes empréstimos ao Brasil — "porque elas incluem quantias substanciais de bancos regionais, os mais relutantes na concessão de novos empréstimos. Até mesmo alguns bancos pequenos estão voltando, apesar de seu número não ser tão elevado quando desejávamos".

Outro banqueiro norte-americano disse que ele e seus colegas, após discutirem a decisão do FMI de apoiar o Brasil, chegaram à conclusão de que, até dia 30, os US\$ 6,5 bilhões que os bancos haviam prometido emprestar ao País, mas não o fizeram em virtude de suas preocupações com a inflação, estarão finalmente disponíveis. Os bancos verdadeiramente grandes, forçados a proteger seus enormes créditos anteriores, na realidade nunca tiveram alternativa a não ser fazer mais empréstimos. Mas hoje outros grandes bancos com pequena participação na dívida externa brasileira, os regionais e alguns pequenos bancos estão voltan-



Margaret Thatcher



Oswaldo Colin

do. "Assim as coisas parecem melhor", disse um banqueiro.

Impressões semelhantes foram as de William Rhodes, vice-presidente do Citicorp e chairman do Comitê de Assessoramento dos Bancos para o Brasil. Antes de partir para um fim de semana prolongado, em razão do "Dia de Ação de Graças", Rhodes voltou a expressar satisfação com a decisão do FMI de apoiar o Brasil, na terça-feira, e também concordou com a opinião de que ela levará os bancos a subscreverem os US\$ 6,5 bilhões em sua totalidade.

"Atitude política"

A decisão do ministro das Finanças da Grã-Bretanha, Nigel Lawson, de rejeitar a participação do Banco da Inglaterra com US\$ 200 milhões no pacote de US\$ 2,5 bilhões de créditos oficiais a importações brasileiras foi classificada ontem, pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, como "uma posição política do governo de Margaret Thatcher". Colin revelou ainda que a União de Bancos Suíços está entre os grandes credores do País que não aderiram ao jumbo de US\$ 6,5 bilhões.

O presidente do Banco do Brasil informou que o vice-presidente da União de Bancos Suíços, Guido Hansseimann, está "negociando a participação no jumbo" com o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, mas Colin disse desconhecer o interesse do banco suíço em obter uma comissão extra para liberar novos recursos ao País.

A eventual negativa do Banco da Inglaterra em conceder garantias para os financiamentos a importações brasileiras não preocupa o presidente do Banco do Brasil. Segundo ele, Japão, Alemanha Ocidental, França e Canadá podem cobrir a parcela britânica, já que esses países "têm interesse em preservar os seus mercados externos". Colin lembrou que o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, procurou complementar o crédito comercial de organismos oficiais — o Eximbank dos Estados Unidos mantém a garantia de US\$ 1,5 bilhão — nas negociações com o Clube de Paris.

O final da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira com os bancos privados e o acordo com o FMI e o Clube de Paris trouxeram novo alento aos credores e ao País, e, para ajudar, o Banco Central iniciou, esta semana, a liberação de compromissos externos vencidos no começo de agosto.

Fonte do setor financeiro informou que as remessas ao Exterior incluem até juros de empréstimos contraídos pelo setor privado, com a intermediação dos bancos nacionais, dentro das normas da Resolução 63 do Banco Central. Segundo essa fonte, agora, tudo parece certo para o País eliminar os atrasados e ainda suspender a centralização cambial, até o final do ano.